



## **LEI COMPLEMENTAR Nº 95**

*de 07 de julho de 2006*

**Dispõem sobre o alteração da Lei Complementar nº. 042/2.000  
(Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Corumbá da  
Administração Direta, Indireta e das Entidades Fundacionais), e dá  
outras providencias.**

*A CÂMARA MUNICIPAL DE CORUMBÁ, ESTADO DE MATO GROSSO DO  
SUL, REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, APROVA A PRESENTE LEI  
COMPLEMENTAR.*

### **Art. 1º..**

*O Item V do Artigo 77 da Lei Complementar nº. 042/2.000, possa a ter a  
seguinte redação:*

#### **V.**

*Para tratamento de saúde do servidor, do cônjuge ou filho legítimo ou  
legitimado.*

### **Art. 2º..**

*O Artigo 82 passa a ter a seguinte redação, acrescido de parágrafo  
único.*

### **Art. 82.**

*Será concedida ao servidor licença para tratamento de saúde, do  
próprio, de seu cônjuge ou filho legítimo ou legitimado, a pedido ou de  
ofício, com base em perícia médica, sem prejuízo de remuneração a que  
fizer jus.*

***Parágrafo único .***

*Quando se tratar de tratamento de saúde do cônjuge ou filhos legítimos ou legitimados do servidor, a licença será concedida por no máximo 60 (sessenta) dias, depois de análise criteriosa da Administração, mediante comprovação médica e ante a inexistência de outros parentes que possam suprir a ausência e auxílio aos dependentes citados.*

***Art. 3º..***

*Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revoga todas as disposições em contrário.*

*SALA DAS SESSÕES, EM 07 DE JULHO DE 2006*

*MARCOS DE SOUZA MARTINS*  
*PRESIDENTE*

---

*Lei Complementar Nº 95/2006 - 07 de julho de 2006*

*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em*